

Ricardo Luiz da Costa Tjäder

CUMULAÇÃO EVENTUAL DE PEDIDOS

Art. 326 do CPC sem segredos

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Porto
Editorial Juruá
2019

Visite nossa página na web
www.editorialjuruu.com
e-mail: *internacional@juruu.net*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

JURUÁ
EDITORIAL

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Tel: +351 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Tel: +55 (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 Curitiba Paraná – Brasil

ISBN: 978-989-712-610-9

Depósito Legal: 458118/19

Editores: Luiz Augusto de Oliveira Junior
Francine Marie Carvalho de Oliveira

TJÄDER, Ricardo Luiz da Costa, 1958-

Cumulação eventual de pedidos : art. 326 do CPC sem segredos
ISBN 978-989-712-610-9

CDU 347

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E EXPOSIÇÃO DO PLANO	15
Capítulo 1 – ASPECTOS PRÉVIOS	17
1.1 ELEMENTOS DA AÇÃO	17
1.2 ASPECTOS GERAIS REFERENTES AO PEDIDO	18
1.2.1 Definição	18
1.2.2 Importância do Pedido na Ciência Processual	20
1.2.3 Características do Pedido	22
1.2.3.1 Certeza e determinação	22
1.2.3.2 Inalterabilidade	23
1.2.3.3 Interpretação	25
1.3 FUNÇÃO DO PEDIDO	28
1.4 ESPÉCIES DE PEDIDOS	30
1.4.1 Pedido Unitário	30
1.4.2 Pedidos Cumulados	31
1.4.2.1 Cumulação própria	32
1.4.2.1.1 Cumulação simples	32
1.4.2.1.2 Cumulação sucessiva	32
1.4.2.2 Cumulação imprópria	33
1.4.2.2.1 Cumulações alternativas	33
1.4.2.2.2 Cumulação eventual	35
Capítulo 2 – ASPECTOS ESPECÍFICOS DA CUMULAÇÃO EVENTUAL DE PEDIDOS	39
2.1 PRINCÍPIOS JUSTIFICADORES DE SUA EXISTÊNCIA	39
2.1.1 Princípio da Economia	39
2.1.2 Princípio da Pacificação Social	40
2.1.3 Princípio da Integridade da Ordem Jurídica ou da Harmonia de Julgados	41
2.1.4 Princípio da Efetividade do Processo	42
2.2 VANTAGENS EFETIVAS PARA A PARTE QUE SE UTILIZA DO INSTITUTO	43
2.2.1 Aumento da Área de Abrangência do Pedido	43

2.2.2	Diminuição de Risco em Relação a Pretensões Auda- ciosas	44
2.2.3	Não Perecimento do Direito por Prescrição ou Deca- dência.....	45
2.3	O INSTITUTO COMO INSTRUMENTO PARA A ATUALI- ZAÇÃO E RENOVAÇÃO DO DIREITO.....	46
2.4	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	47
2.5	UNICIDADE OU MULTIPLICIDADE DE CAUSAS DOS PE- DIDOS	51
2.6	ORDEM DOS PEDIDOS	52
2.7	TUTELAS PROVISÓRIAS.....	54
2.8	O VALOR DA CAUSA.....	56
2.9	COMPETÊNCIA	56
2.10	REDUÇÃO JUDICIAL DO NÚMERO DE PEDIDOS	58
2.11	PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO FEITO	60
2.12	A RESPOSTA DO RÉU E A REVELIA	60
2.12.1	A Contestação	60
2.12.2	A Reconvenção	63
2.12.3	As Exceções e Impugnações	65
2.13	CRIAÇÃO DO INSTITUTO FORA DA PETIÇÃO INICIAL.....	65
2.13.1	Na Reconvenção.....	66
2.13.2	Na Questão Prejudicial.....	66
2.13.3	Na Oposição	67
2.13.4	Na Denúnciação da Lide	67
2.14	A FASE DE PRODUÇÃO DE PROVAS.....	70
2.15	O JULGAMENTO: SUAS OPÇÕES E SEUS LIMITES.....	71
2.15.1	Hipóteses de Julgamento	71
2.15.2	Limites do Julgamento	75
2.16	A MÁ-FÉ	75
2.17	AS VERBAS SUCUMBENCIAIS	77
2.18	AS NULIDADES	82
2.19	CONDIÇÕES DE RECORRIBILIDADE	85
2.20	ASPECTOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS.....	86
	REFERÊNCIAS	91
	ANEXO	93
	ÍNDICE REMISSIVO	95